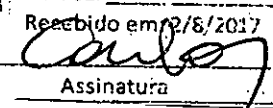


MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Nº. 02001. 1 14.549/2017-52
Nº. SEI
Recebido em 2/8/2017

Assinatura

Ofício nº. 1.077/2017/PJ

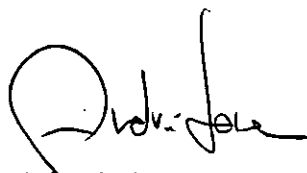
Ouro Preto, 31 de julho de 2017

Ilma. Sra.
Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo
Presidente do Comitê Interfederativo - TTAC
Edifício-Sede do Ibama, Bloco B
CEP: 70.818-900 - Brasília/DF

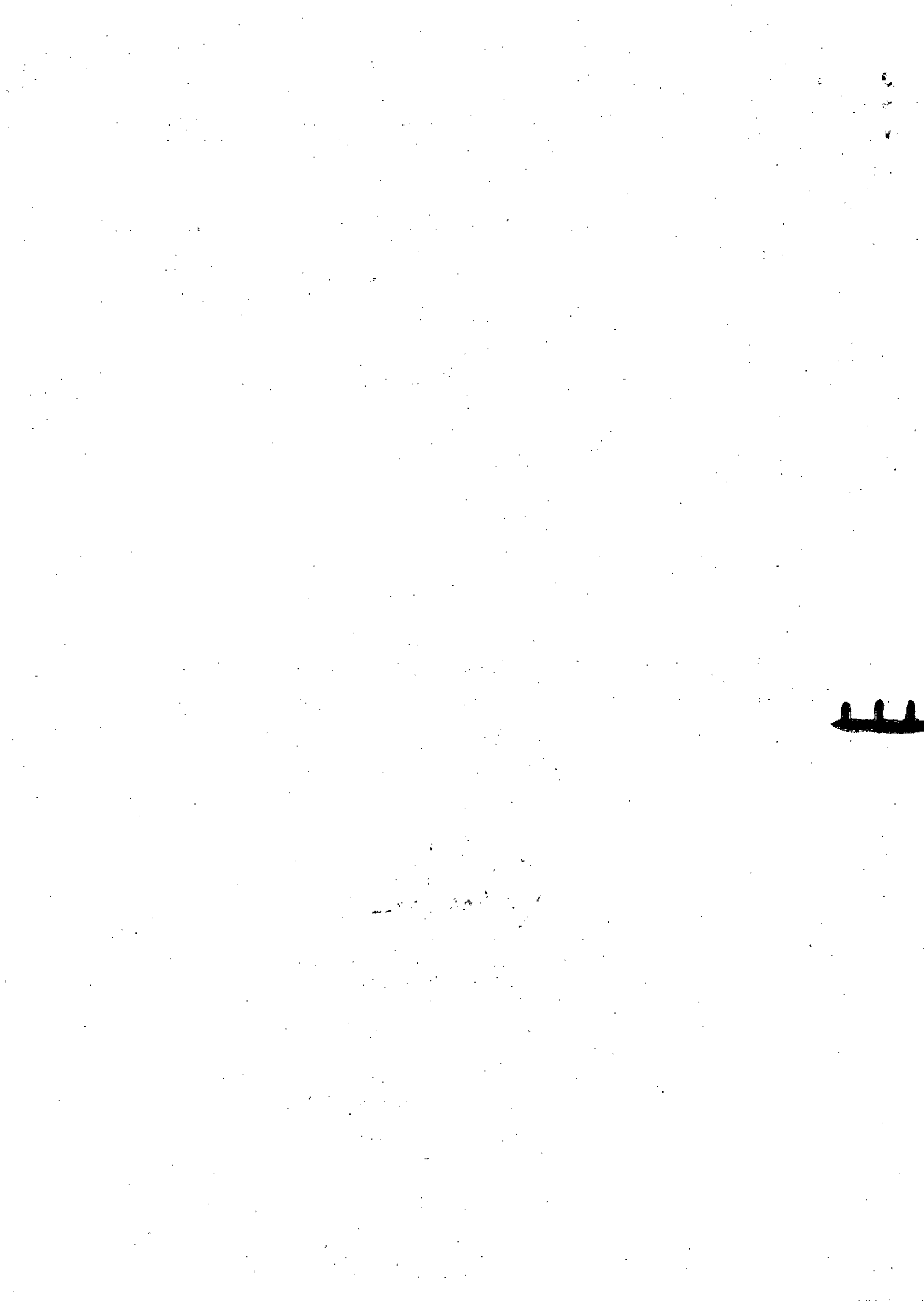
Prezada Senhora,

De ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, Sr. Júlio Ernesto de Grammont Machado de Araújo, encaminho-lhe a petição anexa, pela qual, em síntese, requer o Município a sua inclusão na relação de atingidos pelo evento ocorrido em 05/11/2015 na mineradora Samarco.

Atenciosamente,



André Luís dos Santos Lana
Procurador-Geral Adjunto do Município
Matrícula 42.930 - OAB/MG 97.237





Ao egrégio COMITÊ INTERFEDERATIVO estabelecido pelo Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), firmado em 02 de março de 2016 entre a União, os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, com as empresas Samarco Mineração S.A., Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda.

O **MUNICÍPIO DE OURO PRETO**, estado de Minas Gerais, entidade de direito público com sede na Praça Barão do Rio Branco, nº. 12, Pilar, CEP 35.400-000, Ouro Preto/MG, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 18.295.295/0001-36, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Júlio Ernesto de Grammont Machado de Araújo, inscrito no CPF/MF sob o nº. 879.864.778-87, portador da Carteira de Identidade nº. MG-6.183.009-SSP/MG, bem como por membros de sua equipe de trabalho, tendo em vista os termos do TTAC em epígrafe, vem pelo presente documento expor os seguintes fatos e pedidos:

1). Introdução:

Ouro Preto, monumento da memória nacional, patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO, berço de desenvolvimento das artes, da cultura e das ciências, guarda em seus museus, bibliotecas e arquivos os testemunhos da história da atividade criadora construída pelo homem mineiro desde o século XVIII, que forjou em grande medida a identidade do povo mineiro. Em seu território, deu-se o ciclo do ouro nas Minas Gerais, seguido da atividade de exploração das jazidas de materiais ferrosos que tanto contribuíram, e contribuem, para a economia local, do Estado e do país. Juntamente com os municípios vizinhos, Ouro Preto tem abastecido há décadas a indústria metalúrgica nacional. Conforme reportagem da Revista Isto É Dinheiro¹:

[...] A região centro-sul de Minas Gerais, que abriga cidades históricas, como Ouro Preto e Mariana, e as mais brilhantes obras do escultor Aleijadinho (1730-1814), conquistou nas últimas cinco décadas o título de

to the...



Quadrilátero Ferrífero graças às descobertas de gigantescas jazidas de minério de ferro. Em qualidade e quantidade, a área, de onde saem 60% de toda produção nacional, se compara apenas às reservas comprovadas na China e na Austrália... [...] Apenas como comparação, a indústria mineral está para aquela região como o setor automobilístico está para o ABC paulista, como o vinho está para o interior do Rio Grande do Sul ou como a soja está para o Mato Grosso. Pelos cálculos do IBGE, a mineração responde por 24% do PIB industrial e por 7,5% de toda a riqueza do Estado.

A importância da mineração para Ouro Preto e região é realçada nas palavras do engenheiro Roberto Nunes de Carvalho, atual presidente da Samarco, em entrevista à revista supracitada:

Não há como imaginar Minas Gerais sem a mineração, tanto sob a ótica da economia quanto pela influência da atividade na qualidade de vida da população e da sustentabilidade das finanças dos municípios.

A despeito da importância econômica da atividade minerária e do uso dos bens minerais para o desenvolvimento humano, ao longo de seus mais de 300 anos, o Município de Ouro Preto vem sendo impactado, com enormes e inevitáveis sacrifícios ao meio ambiente. A dependência da atividade minerária é tamanha que o atendimento à saúde, à segurança e à educação é altamente comprometido nos momentos de crise da produção local. Sobre isso, Carvalho *et al.* (2012)² afirmam especificamente sobre Ouro Preto:

[...] fica evidente a dependência da arrecadação de Ouro Preto do setor mineral. Essa dependência é resultado do acréscimo proporcionado pelas rendas da CFEM e, principalmente, pela transferência do ICMS. [...] essa dependência não é característica exclusiva do município estudado, mas que ela marca a vida financeira dos demais municípios mineradores. [...] Na hipótese de uma crise de maior duração, a consequência seria o prejuízo a serviços públicos essenciais e, necessariamente, uma tendência à ampliação da tributação própria do município em um período de recessão.

É o que vemos hoje, por conta das consequências do desastre na empresa Samarco, com o rompimento da barragem do Fundão cuja lama verteu e galgou a barragem de Santarém,

2 CARVALHO, Celso Guimarães; SILVA, José Margarida da; CURI, Adilson; e FLORES, José Cruz do Carmo. A dependência da arrecadação do município de Ouro Preto do setor mineral. REM: Revista Escola de Minas [online]. 2012, vol.65, n.3, pp.385-392. ISSN 0370-4467. <http://dx.doi.org/10.1590/S0370-44672012000300016>.





arrasou o distrito marianense de Bento Rodrigues e adjacências e destruiu em grande medida a flora e a fauna ripária na bacia do Rio Gualaxo do Norte, estendendo-se pelo Rio do Carmo e Rio Doce.

II). Dos impactos do EVENTO sobre o Município de Ouro Preto/MG:

II.1. Impactos SOCIOECONÔMICOS:

A crise que se abateu no Brasil, que por si só já traziam reflexos à região, foi galvanizada pelo desastre com a barragem de Fundão, afetando, em especial, os municípios de Ouro Preto e Mariana, onde as consequências socioeconômicas são em vulto e importância seguramente muito superiores àquelas observadas nas dezenas de municípios de Minas Gerais (identificados na Figura 1 - ANEXA) e do Espírito Santo, também ambiental e socioeconomicamente impactados.

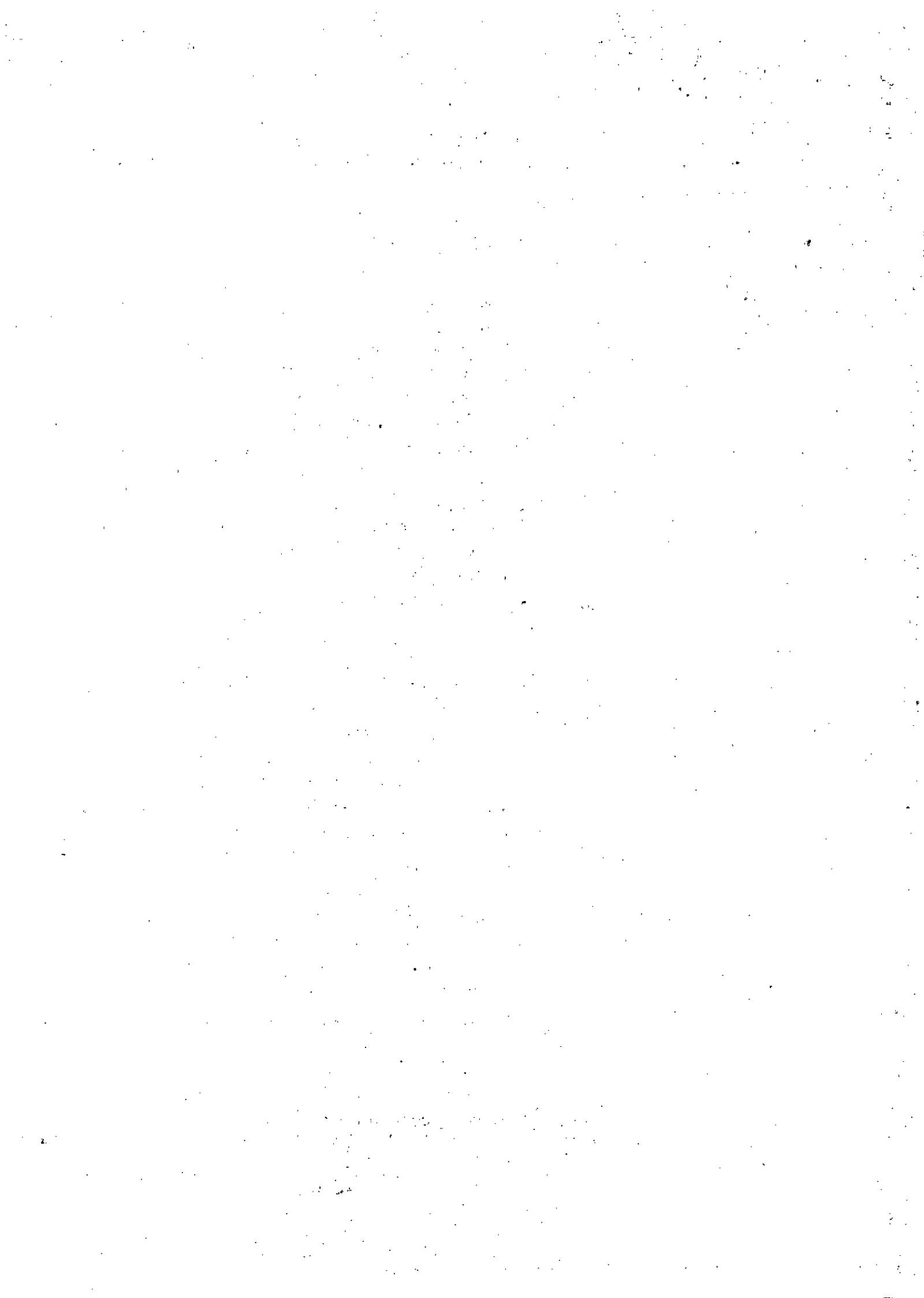
Estranhamente, contudo, os impactos de natureza ambiental e socioeconômica no município de Ouro Preto foram deslembrados quando da produção do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) de março de 2016, firmado entre os órgãos da União, dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo e as empresas Samarco Mineração, Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda.

Fato é que a Samarco se localiza justamente na divisa entre Ouro Preto e Mariana, dois municípios que recebem receitas relativas às atividades desenvolvidas pela empresa. Como a empresa é de grande porte, as receitas são muito vultosas, especialmente por se tratar de municípios de pequenos. As receitas da Samarco representaram 13,08% do total da receita do Município de Ouro Preto em 2013, reduzindo para 4,63% em 2016. Em 2018, a previsão é que não se tenha nenhuma receita da Samarco em função do cálculo do índice do Valor Adicionado Fiscal - VAF³. Em valores, a Samarco contribuiu com R\$ 40.544.806,39 em 2013, passando para R\$ 14.192.604,84 em 2016. Em 2018, será zero.

Mesmo que a Samarco volte a operar no próximo ano, o impacto na receita será prolongado visto que somente em 2020 as atividades de 2018 pontuarão no VAF. Além disso, conforme reunião realizada com a empresa Samarco, foi informado que o projeto para retorno das atividades prevê a transformação da Cava Alegria Sul em barragem de rejeitos. Ora, a Cava Alegria Sul é a única mina lavrada em Ouro Preto, o que resultará na falta de recolhimento de Compensação Financeira Pela Exploração De Recursos Minerais - CFEM⁴ no futuro.

3 Disponível em: www.fazenda.mg.gov.br/governo/assuntos_municipais/vaf/

4 Disponível em: https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/arrecadacao_cfem.aspx





Conforme nos mostram fontes oficiais, como SICONFI⁵, DNPM⁶ e Secretaria Estadual da Fazenda/MG⁷, levando-se em consideração a receita do Imposto sobre Serviços tomados pela empresa, da Contribuição Financeira pela Exploração Mineral – CFEM originada na extração de minério de ferro e a cota parte do ICMS, receita na qual a movimentação econômica de mercadorias da mineradora impacta sobremaneira no índice do Valor Adicional Fiscal – VAF, temos:

II.1.1. Imposto Sobre Serviços – ISS:

A Samarco Mineração terceiriza uma série de atividades-meio em seu empreendimento, tais como transporte interno, vigilância, limpeza, manutenção de equipamentos e veículos, obras de construção civil, dentre outras.

Os valores dos contratos de prestação de serviço são muito significativos e resultaram nas receitas identificadas na Tabela 1.

Tabela 1: Impacto das atividades da Samarco Mineração sobre as receitas do ISS no município de Ouro Preto de 2013 a 2016

Ano	ISS total	ISS Samarco	Percentual
2013	R\$44.239.704,13	R\$15.383.583,16	34,77
2014	R\$45.005.349,08	R\$10.782.680,55	23,96
2015	R\$29.415.306,49	R\$ 2.800.861,15	9,52
2016	R\$27.205.301,33	R\$ 585.398,78	2,15

Conforme a Tabela 1, após o acidente em 2015, houve queda acentuada na receita de ISS da Samarco, caindo de R\$ 15.383.583,16 em 2013 para R\$ 585.398,78 em 2016. Redução de R\$ 14.798.184,38 por ano.

II.1.2. Cota-parte ICMS:

Os Municípios fazem jus a 25% da receita do ICMS dos Estados. A forma de calcular o valor dessa receita é através do Valor Adicional Fiscal - VAF, o qual leva em consideração a movimentação econômica de mercadorias dos estabelecimentos localizados em cada município. A Tabela 2 demonstra a importância relativa dos valores de receita anual obtidos pelas atividades da Samarco:

5 Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>

6 Disponível em: www.dnpm.gov.br/

7 Disponível em: www.fazenda.mg.gov.br/

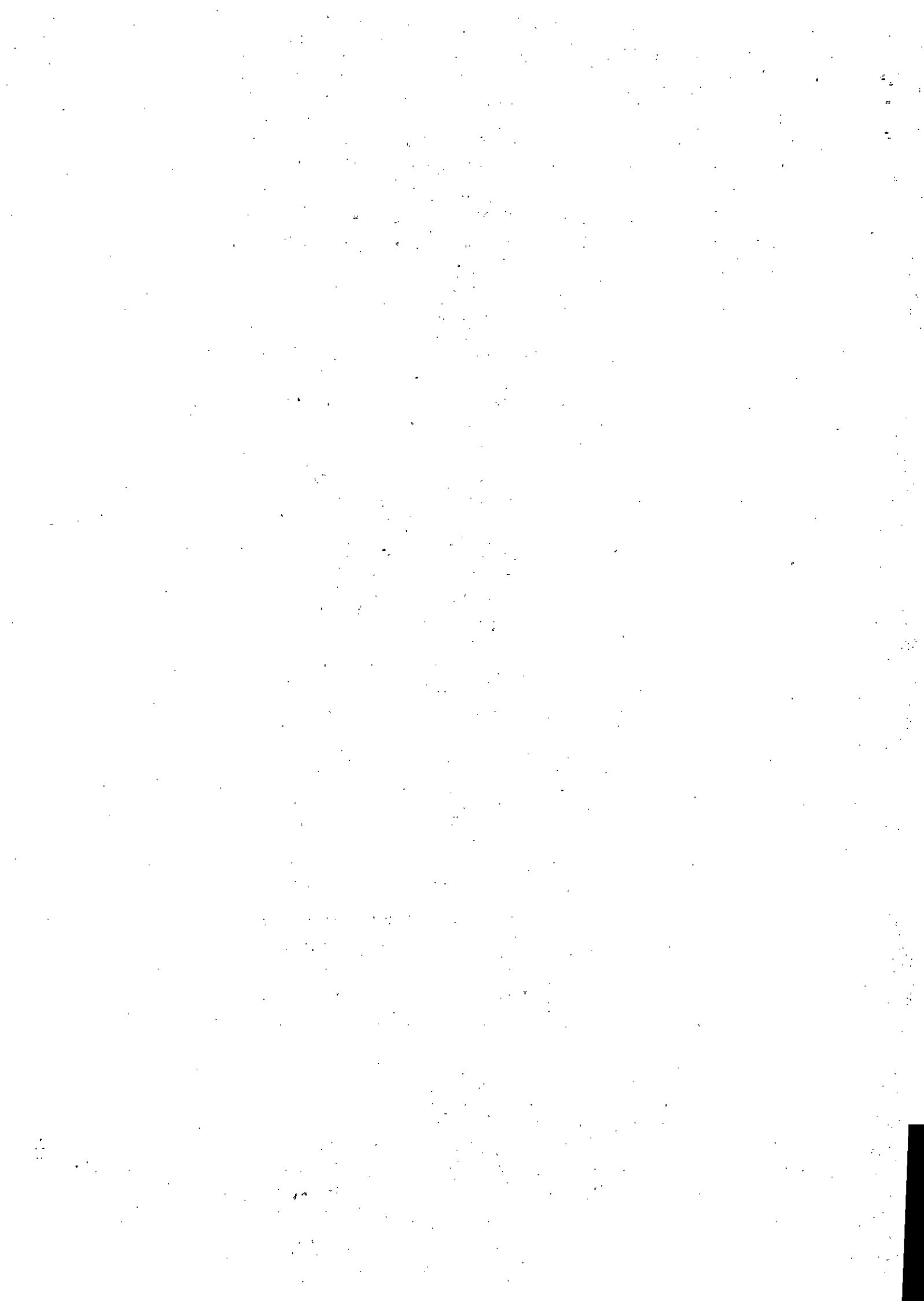




Tabela 2: Impacto das atividades da Samarco Mineração sobre o ICMS arrecadado no município de Ouro Preto de 2013 a 2016

Ano	ICMS total	ICMS Samarco	Percentual
2013	R\$133.003.734,00	R\$20.429.373,54	15,36
2014	R\$138.792.975,03	R\$21.318.600,96	15,36
2015	R\$124.478.819,02	R\$15.282.887,01	12,28
2016	R\$107.724.692,02	R\$13.427.882,86	12,46

Como as atividades da Samarco estão paralisadas, não houve movimentação econômica em 2016 e 2017. No entanto, Ouro Preto ainda recebe ICMS pelas atividades da Samarco, visto que o índice do VAF leva em consideração a médias dos valores declarados nos dois últimos anos. Assim, em 2016 o índice levou em consideração os valores de 2014 e 2015 e em 2017, os valores de 2015 e 2016. Por isso a Samarco ainda representa receita de ICMS para Ouro Preto. Mas, em 2018, quando o índice será formado pela movimentação de 2016 e 2017, a queda será vertiginosa.

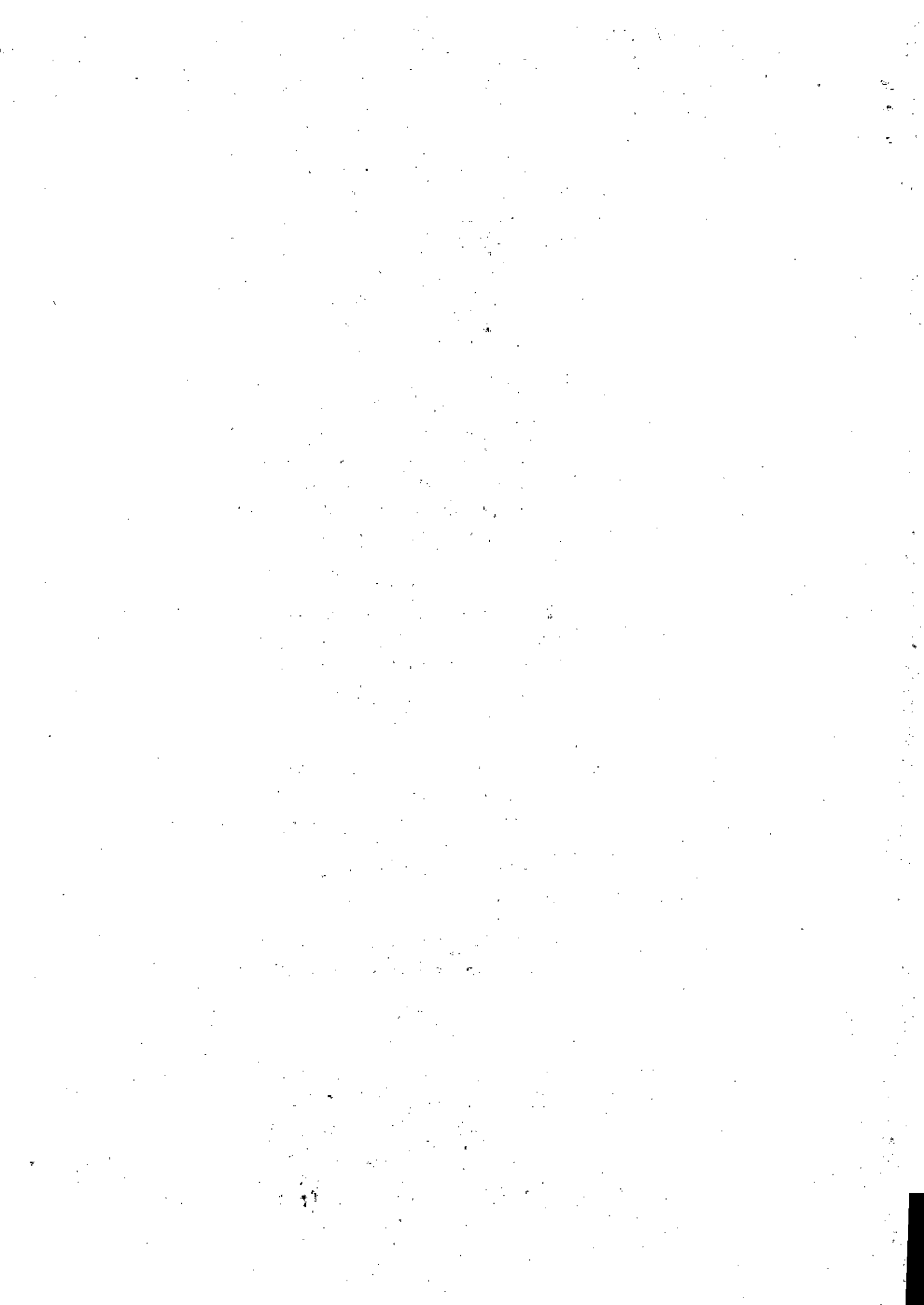
De toda forma, a Tabela 2 demonstra a forte queda na participação da Samarco no VAF de Ouro Preto de 2013 para 2016. Obviamente a crise da mineração contribuiu para isso, mas também o acidente da Samarco em 2015.

II.1.3. CFEM:

A CFEM é a receita que mais evidencia os danos à receita municipal causados pelo acidente. A CFEM deve ser paga 60 dias após a extração do minério e a paralisação das atividades reduz a zero a receita após esse prazo. Como o acidente ocorreu em novembro de 2015, a Samarco realizou seu último pagamento relativo ao minério extraído por competência em janeiro de 2016. A Tabela 3 apresenta os dados.

Tabela 3: Impacto das atividades da Samarco Mineração sobre recolhimento da Compensação Financeira Pela Exploração De Recursos Minerais - CFEM no município de Ouro Preto de 2013 a 2016

Ano	CFEM total	CFEM Samarco	Percentual
2013	R\$26.773.708,87	R\$4.705.825,69	17,58
2014	R\$31.545.236,97	R\$6.729.440,71	21,33
2015	R\$25.608.421,79	R\$9.495.755,85	37,08
2016	R\$37.759.388,42	R\$57.748,20	0,15





Em resumo, no município de Ouro Preto as receitas do ano de 2013 relativas ao Imposto sobre Serviços tomados pela empresa Samarco, da Contribuição Financeira pela Exploração Mineral – CFEM originada da extração do minério de ferro e a cota parte do ICMS, cuja movimentação econômica de mercadorias da mineradora impacta sobremaneira o índice do Valor Adicional Fiscal – VAF, era de R\$40.544.806,39. Em 2016, as receitas caíram para R\$14.192.604,84 e, para 2018, o valor projetado é nulo! As perdas de receitas anuais no município de Ouro Preto, como resultado do impacto devido ao acidente da barragem de rejeitos da Samarco Mineração, correspondem a praticamente quatro vezes o orçamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, responsável pela gestão das várias Unidades de Conservação municipais e, entre outras atividades, pela execução da limpeza urbana, coleta, transporte, disposição final dos resíduos sólidos urbanos e operação do seu aterro.

II.2. Impactos SOCIOAMBIENTAIS:

As atividades minerárias, que desde o ciclo do ouro estimulam a migração de pessoas para a região, hoje se correlacionam fortemente com os conflitos territoriais e ambientais. Mesmo sendo um fortíssimo pilar econômico para o município de Ouro Preto, essa vocação mineral esbarra cada dia mais com outros interesses, como a preservação ambiental e a ocupação territorial.

Do ponto de vista hidrológico e ambiental, importante ressaltar que o rio Doce resulta da confluência dos rios Piranga e Carmo. O Rio do Carmo, em cuja bacia se deu o acidente, nasce como um riacho, o Córrego do Funil, em cuja microbacia está o depósito de resíduos sólidos urbanos do município de Ouro Preto, o aterro de Rancharia, que opera desde o ano de 1996 e que recebe, hoje, em torno de 60 toneladas de resíduos por dia gerados na sede e distritos. O aterro de Rancharia, em razão da sua má operação no passado, teve seu funcionamento questionado pelo Ministério Público e Justiça Estadual⁸, tornando-se um gigantesco desafio para a atual administração pública municipal em face dos custos necessários à adequação da disposição final dos resíduos aos padrões ambientais exigidos, exatamente no momento em que se verifica uma queda vertiginosa da arrecadação motivada, em especial, pelo refreamento da economia local impactada diretamente pelo acidente da Samarco Mineração.

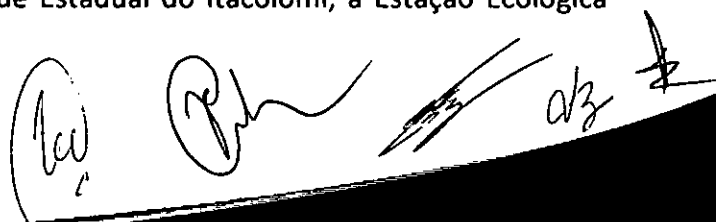
Na região urbana de Ouro Preto, o Córrego do Funil se avoluma, ao receber as águas poluídas pelos esgotos domésticos carreados pelos córregos do Passa Dez, Caquende, Contos e Sobreiro e passa a se denominar Ribeirão do Funil. Pouco a jusante, recebe novos tributários e, a partir

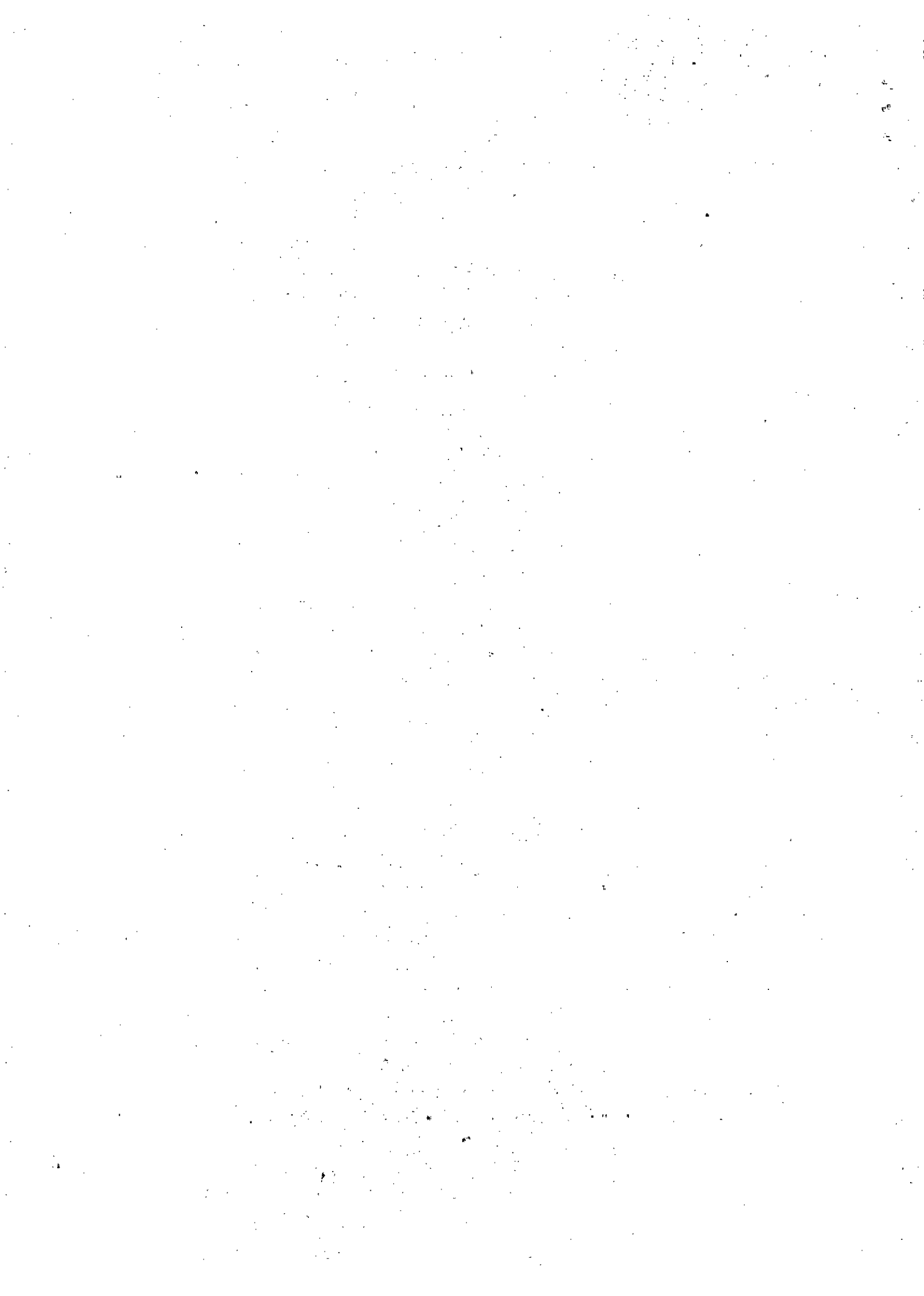
⁸ Ação de Obrigação de Fazer nº. 0461.96.003580-0, cuja Execução proposta pelo Ministério Público encontra-se autuada sob o número 0461.03.010953-6. Disponível em www.tjmg.jus.br

da confluência com o Córrego dos Macacos, passa a se denominar Ribeirão do Carmo. Do bairro do Taquaral, ainda no município de Ouro Preto, até Passagem de Mariana no município vizinho são apenas 2km de percurso. Um pouco a jusante, o Ribeirão do Carmo já atravessa o centro histórico de Mariana, recebendo em seu percurso mais despejos não tratados de esgoto local. Mais a jusante, o Ribeirão do Carmo se avoluma e passa à categoria de rio, o Rio do Carmo. O rio vai então receber as águas dos dois Gualaxos: no distrito marianense de Furquim, recebe o Rio Gualaxo do Sul, que também nasce em Ouro Preto como Córrego do Maynard, uma importante fonte de geração de energia elétrica; depois, no município de Barra Longa, recebe o Rio Gualaxo do Norte, o curso d'água mais impactado pelo rompimento da barragem do Fundão.

Contemplar o município de Mariana com recursos para a recuperação do seu passivo ambiental é muito justo, pois ali se deu em maior proporção o impacto ambiental, social e econômico. Compensar o município de Mariana com recursos financeiros para que resolva problemas de destinação adequada de resíduos sólidos urbanos e de tratamento dos esgotos domésticos poderá resultar em enormes benefícios ambientais. Todavia, a recuperação da qualidade das águas do Rio do Carmo, pela proximidade das áreas urbanas de Ouro Preto e Mariana, deveria começar por Ouro Preto, sob risco de que os investimentos feitos em Mariana não resultem em melhorias ambientais efetivas na bacia do Ribeirão do Carmo. Mais que isso, deixar de atender com as mesmas compensações ao município de Ouro Preto é injusto, especialmente pelo impacto social e econômico, ao mesmo tempo em que não resolve, de fato, a questão ambiental da bacia do Rio do Carmo: a área urbana de Ouro Preto é banhada pelo Rio do Carmo e está imediatamente a montante da área urbana de Mariana (Figura 2 - ANEXO). E há ainda outros aspectos de natureza ambiental a serem considerados.

O desastre ocorrido em 5 de novembro de 2015 causou a destruição de 15km² de Mata Atlântica, incluídas as Áreas de Preservação Permanente – APPs. Para que essa tragédia ambiental não fosse maior, concorreram certamente as Unidades de Conservação (federais, estaduais e municipais) de Ouro Preto que, juntamente com os chamados corredores ecológicos, acabaram por se constituir em importantes ferramentas para a conservação da flora e fauna nas bacias atingidas. Tais corredores proporcionam a ligação das várias Unidades de Conservação que se encontram isoladas devido aos efeitos da fragmentação florestal proveniente da expansão urbana de Ouro Preto e Mariana, fruto do crescimento populacional desordenado, e que são extremamente importantes para a manutenção da biodiversidade e, por consequência, da sobrevivência da fauna e flora e dos diversos serviços ecossistêmicos para a nossa sociedade. Pela proximidade da área do desastre, os corredores ecológicos e as Unidades de Conservação no município de Ouro Preto, como a Floresta Estadual do Uaimii, o Parque Nacional da Serra do Gandarela, o Parque Estadual do Itacolomi, a Estação Ecológica







Estadual do Tripuí, o Monumento Natural do Itatiaia, a Área de Proteção Ambiental Estadual da Cachoeira das Andorinhas, o Parque Natural Municipal das Andorinhas, o Monumento Natural Municipal Gruta Nossa Senhora da Lapa, o Parque Natural Municipal Arqueológico do Morro da Queimada e o Parque Natural Municipal do Horto dos Contos contribuíram, e contribuem ainda hoje, decisivamente, para a preservação da fauna que, um dia, espera-se, retornará ao seu *habitat* natural hoje ainda impactado.

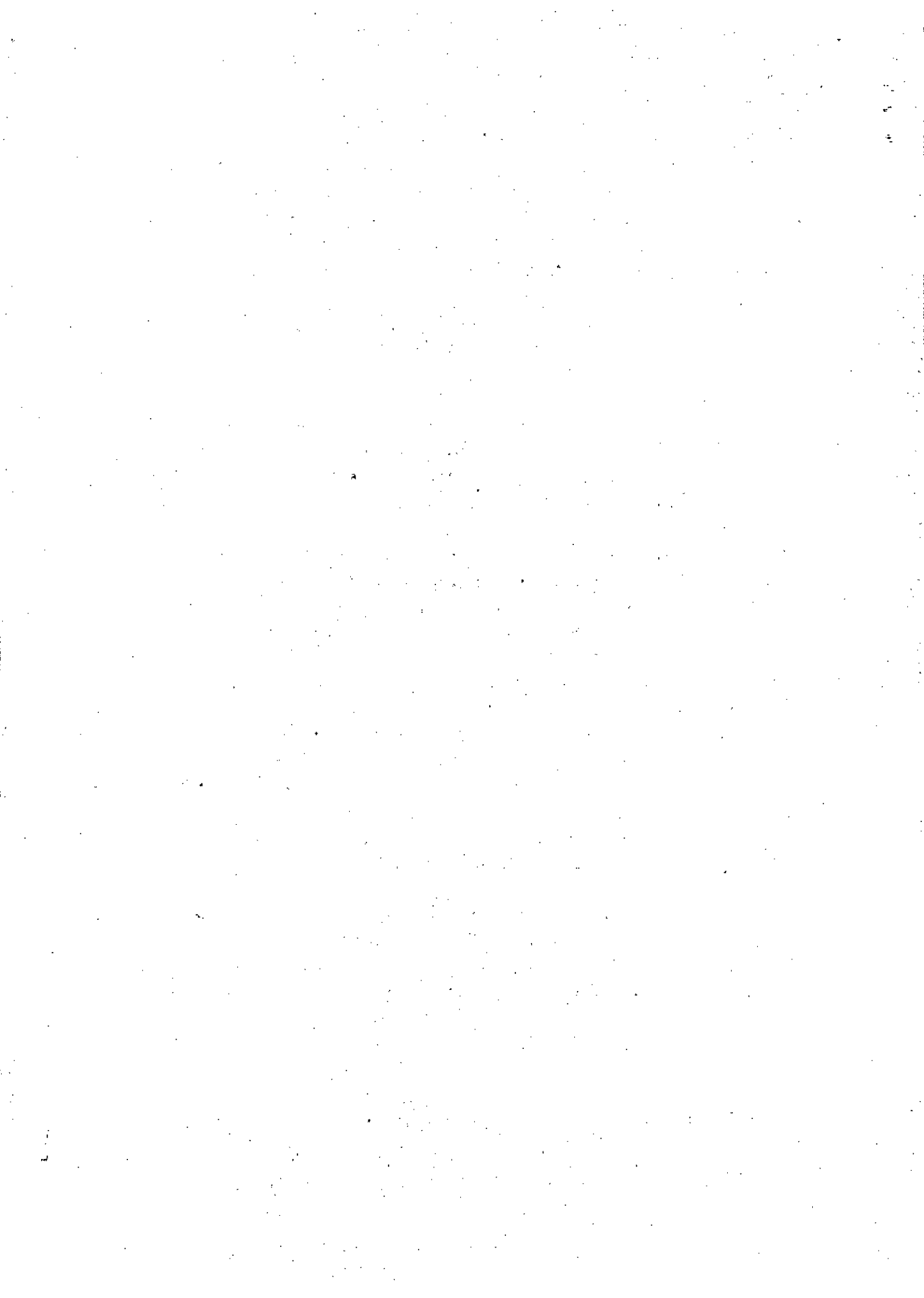
Em Ouro Preto, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA é responsável pela gestão das Unidades de Conservação municipais, entre elas o Parque Natural Municipal das Andorinhas, que se insere na APA Estadual da Cachoeira das Andorinhas, o Monumento Natural Municipal Gruta Nossa Senhora da Lapa, o Parque Natural Municipal Arqueológico do Morro da Queimada e o Parque Natural Municipal do Horto dos Contos (Figura 3 - ANEXA). Estas áreas de proteção ambiental integral municipais ocupam, em conjunto, contadas as suas zonas de amortecimento, aproximadamente 7.000ha, em cujos limites se inserem as nascentes do Rio das Velhas e do Rio do Carmo.

O acordo fechado em março de 2016, por meio do Termo de Transação de Ajustamento de Conduta – TTAC estabeleceu 41 programas socioeconômicos e ambientais de reparação e recuperação dos impactos gerados. Ao não contemplar o município de Ouro Preto deixou de valorizar os esforços do município de preservar a paisagem natural e de proporcionar a conservação de espécies nativas, como também, pela importância histórica de Ouro Preto, a manutenção da própria identidade e da memória do povo mineiro. Os esforços conservacionistas municipais, com a criação das áreas legalmente protegidas no entorno do centro histórico, têm proporcionado a proteção das nascentes do próprio rio Gualaxo do Sul, o mais afetado pelo desastre, ao mesmo tempo em que protege os mananciais de água para abastecimento público e atendimento às demandas do setor privado, incluída a própria empresa Samarco.

II.3. Da situação específica do Distrito de ANTÔNIO PEREIRA⁹:

O povoado hoje conhecido como distrito de Antônio Pereira recebeu esse nome graças a seu fundador, o Capitão Antônio Pereira Machado, por volta do ano de 1.700. O povoado surgiu em decorrência da dispersão de moradores, motivada pelos surtos de fome nos povoados mineradores de Vila Rica, e desenvolveu-se ao redor de uma capela dedicada a Nossa Senhora do Bonfim.

9 Com informações extraídas de <http://www.ouopretomg.com/pt/travel-info/distritos-de-ouro-preto> e <http://ouopreto.com.br/distritos/antonio-pereira>



A pequena vila foi incorporada como distrito de Ouro Preto na segunda metade do século XIX. Localizada a 16km da sede e a apenas 9km da cidade de Mariana, observa-se ainda hoje sua vocação mineradora, sediando importantes lavras de minério de ferro. É o segundo distrito municipal em termos de população, com 4.480 habitantes, de acordo com censo do IBGE/2010.

A área rural de Antônio Pereira é uma das mais belas paisagens do município de Ouro Preto. Sua região serrana integra o Parque das Andorinhas, onde se localiza a nascente do Rio das Velhas. Há também importantes monumentos religiosos que evidenciam a antiguidade do arraial. Entre elas a Capela de Nossa Senhora da Lapa, instalada em uma gruta natural da região, e que integra o Monumento Natural Municipal Gruta Nossa Senhora da Lapa.

A decadência do ouro trouxe o declínio econômico da região. Somente por volta de 1.950 teve início o novo ciclo de mineração, agora do ferro, que perdurou até a década de 1.970. Logo o distrito novamente entrou em declínio.

Em 1.984, foi descoberto que Antônio Pereira está assentado em grandes jazidas de minério de ferro, razão pela qual, à época, três grandes empresas instalaram-se no local: Samarco, Samitri e C.V.R.D.

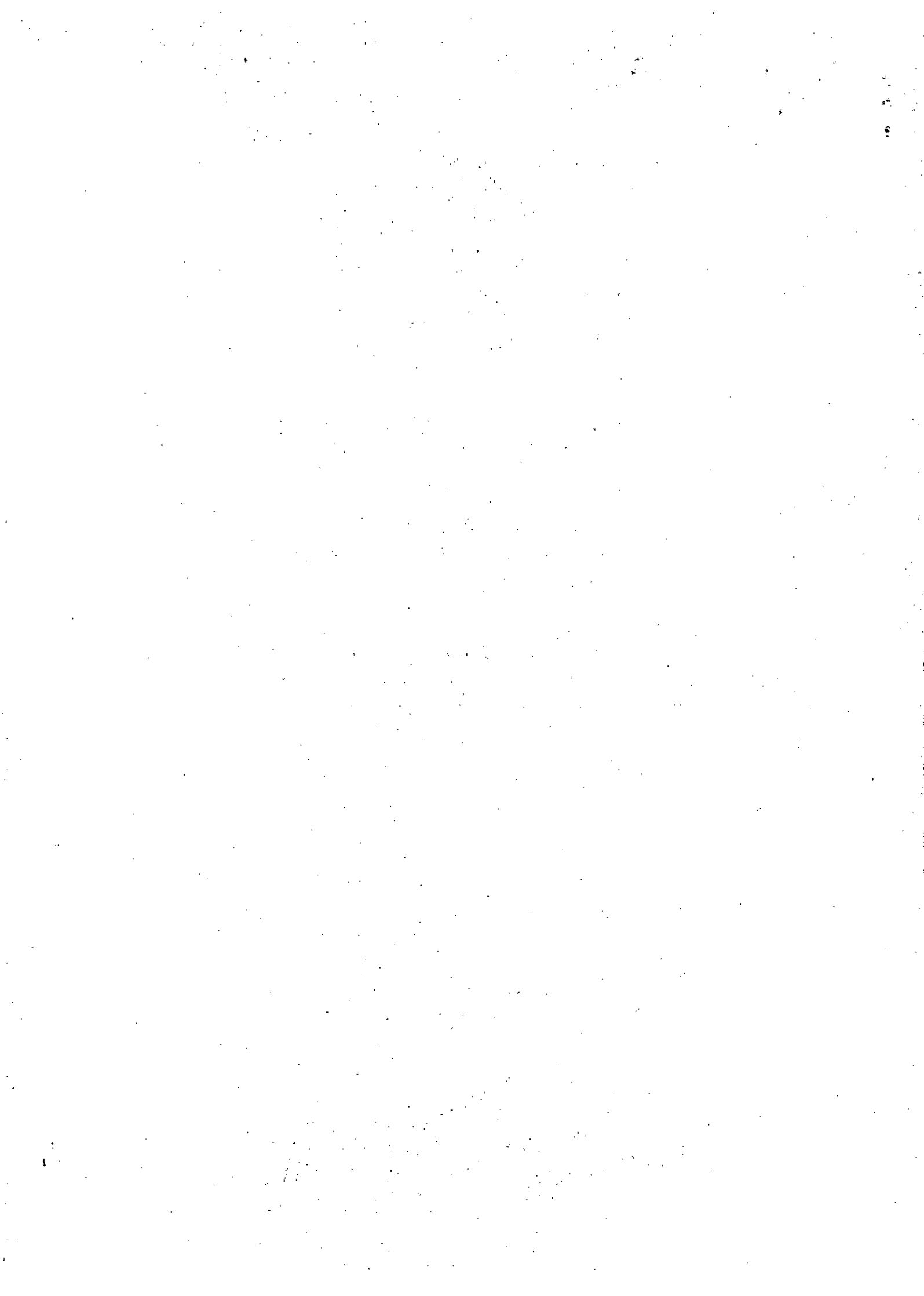
Os distritos de Antônio Pereira e Bento Rodrigues, identificados nas Figuras 1 e 2, constituem as aglomerações humanas mais próximas das barragens do Fundão e Santarém. Se em Bento Rodrigues (Mariana) ocorreram perdas de vida e prejuízos materiais imediatos, em Antônio Pereira (Ouro Preto) os impactos também se fizeram sentir por meio do desemprego e da desassistência das inúmeras famílias que dependem direta ou indiretamente da atividade da empresa mineradora.

Neste sentido, na *Wikipédia*¹⁰ consta a seguinte informação acerca do distrito ouro-pretano de Antônio Pereira:

Em 5 de novembro de 2015, em Bento Rodrigues, ocorreu o rompimento da barragem da Samarco. No entanto, a central da empresa fica em Antônio Pereira, o que deixou a economia local muito prejudicada. Muitos moradores são a favor do retorno das atividades, na esperança da geração de novos empregos. Atualmente, a empresa e empreiteiras ligadas a essa estão fechadas ou operando com número reduzido de funcionários.

10 Disponível em: <https://pt.wikipedia.org>







Com base nos atendimentos realizados no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do distrito de Antônio Pereira, percebe-se uma grande importância da Empresa Samarco na vida social e financeira dos cidadãos do distrito e, conseqüentemente, de Ouro Preto.

A Empresa Samarco sempre foi comprometida com a transformação social local, atuando na qualificação profissional, no fomento à participação social, educação e qualidade de vida, além da geração de emprego e renda, sempre por meio de programas de conscientização sobre a importância da preservação do Meio Ambiente. Todavia, em consequência da paralisação das atividades da Empresa, os problemas sociais do município têm aumentado e se agravado.

Atualmente, existe forte cobrança da população do município para participação nas discussões, pois a mesma se sente discriminada e/ou excluída do processo. Os moradores vêm sofrendo com todas as consequências de não se ter ocupação, trabalho e renda, bem como de também não serem mais contemplados com os programas desenvolvidos pela Samarco. A procura por benefícios como cesta básica, auxílio-moradia e auxílio-natalidade é a cada dia mais crescente. A falta de emprego tem contribuído para graves problemas sociais como, por exemplo, o aumento significativo de usuários de drogas.

Por isso, é imprescindível a participação do município de Ouro Preto nas discussões dos programas socioambientais e/ou socioeconômicos deliberados por esse Comitê, pois toda atividade desenvolvida pela Empresa afeta direta ou indiretamente os ouro-pretanos.

III. Da correlação econômica, social, cultural e ambiental entre Ouro Preto e Mariana:

As cidades de Ouro Preto e Mariana, mais do que vizinhas, são unidas por muitas histórias, tradições e vocações. Situadas a apenas 10 quilômetros de distância uma da outra, tão próximas que os homens do século XVIII, em seu ideal de grandeza, pensavam que acabariam interligadas no futuro. Os governadores, constituindo residência em Mariana, em tempos difíceis, época de rebeliões permanentes, e um bispo, D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel, decidindo morar em Ouro Preto para fugir às pressões do Cabido¹¹.

Localizadas em ponto estratégico da Serra do Espinhaço, cadeia de montanhas que divide as bacias hidrográficas dos Rios Doce e São Francisco, as duas cidades têm sua origem ligada à extração de ouro aluvionário.

Uma vez localizados os depósitos auríferos do Córrego do Tripuí e Ribeirão do Carmo, o povoamento se processou com espantosa rapidez. No ano de 1.711, foram instituídas pelo

11 Extraído de <http://www.hoteldoteatro.com.br/index.php/blog/ouro-preto-e-mariana>





governo português as Vilas do Ribeirão do Carmo (Mariana) e Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar (Ouro Preto) as primeiras oficialmente reconhecidas em solo mineiro.

Há um sentido forte na ideia de região que é preciso sublinhar. Região é uma produção cultural, uma criação histórica, e neste sentido é o espaço do irredutível da liberdade e da criatividade. Com base num estoque de recursos dado, as sociedades humanas inventaram-se diversas: aqui a pedra e a montanha, lá o mar e a floresta, mais além os desertos, as imensidões. E em todos esses lugares a civilização se fez, na caminhada do homem rumo à sua autoemancipação. Reconhecer e valorizar estas diferenças regionais é reconhecer e valorizar a liberdade como fundamento da possibilidade emancipatória (CUNHA, et al., 2008)¹².

Isso posto, gostaríamos que se procedesse uma revisão, não nos critérios, mas sim na decisão que identificou os municípios atingidos do ponto de vista ambiental, social e econômico pelo rompimento da barragem do Fundão, e que excluiu os impactos sobre município de Ouro Preto, dificultando assim o acesso às medidas compensatórias e aos recursos financeiros que poderiam ser destinados à melhoria da qualidade de vida das suas comunidades e, especialmente, da qualidade ambiental das águas e do solo da bacia hidrográfica do rio do Carmo.

Especificamente, propõe-se a destinação de recursos que possam ser empregados na melhoria do saneamento básico nos dois municípios vizinhos, Ouro Preto e Mariana, mais fortemente atingidos pelo desastre do rompimento da Barragem do Fundão, englobando o tratamento dos esgotos sanitários e a adoção de medidas que contemplem a disposição adequada dos resíduos sólidos urbanos gerados nos dois municípios.

IV. Pedido:

Com efeito, o Município sente-se lesado pelo Evento e busca por meio da sua inclusão no TTAC evitar litígios, proporcionando às partes envolvidas uma efetiva e célere autocomposição.

Logo, por todo o exposto, acreditamos que Ouro Preto deveria ter sido incluído na lista de municípios considerados diretamente afetados pelo desastre do rompimento da Barragem de Fundão, pois, pelos critérios adotados pelas Câmaras Técnicas do Comitê Interfederativo (CIF), o município de Ouro Preto foi diretamente impactado pelos efeitos do rompimento da

12 . CUNHA, Alexandre Mendes; SIMOES, Rodrigo Ferreira and PAULA, João Antônio de. História econômica e regionalização: contribuição a um desafio teórico-metodológico. *Estud. Econ.* [online]. 2008, vol.38, n.3, pp.493-524. ISSN 0101-4161. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-41612008000300003>.



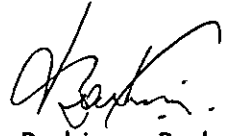


Barragem de Fundão, uma vez que, como restou aqui demonstrado, trata-se de um município diretamente dependente da atividade de mineração.


Por oportuno, cabe destacar que esses mesmos critérios serviram para contemplar, por exemplo, os municípios de Ponte Nova/MG (cuja zona urbana está, na verdade, na bacia do rio Piranga) e Anchieta/ES, localizado em área muito distante ao sul da foz do rio Doce. Logo, o deferimento do presente pedido mostra-se compatível e proporcional aos entendimentos anteriormente firmados.

Ouro Preto, 20 de julho de 2017

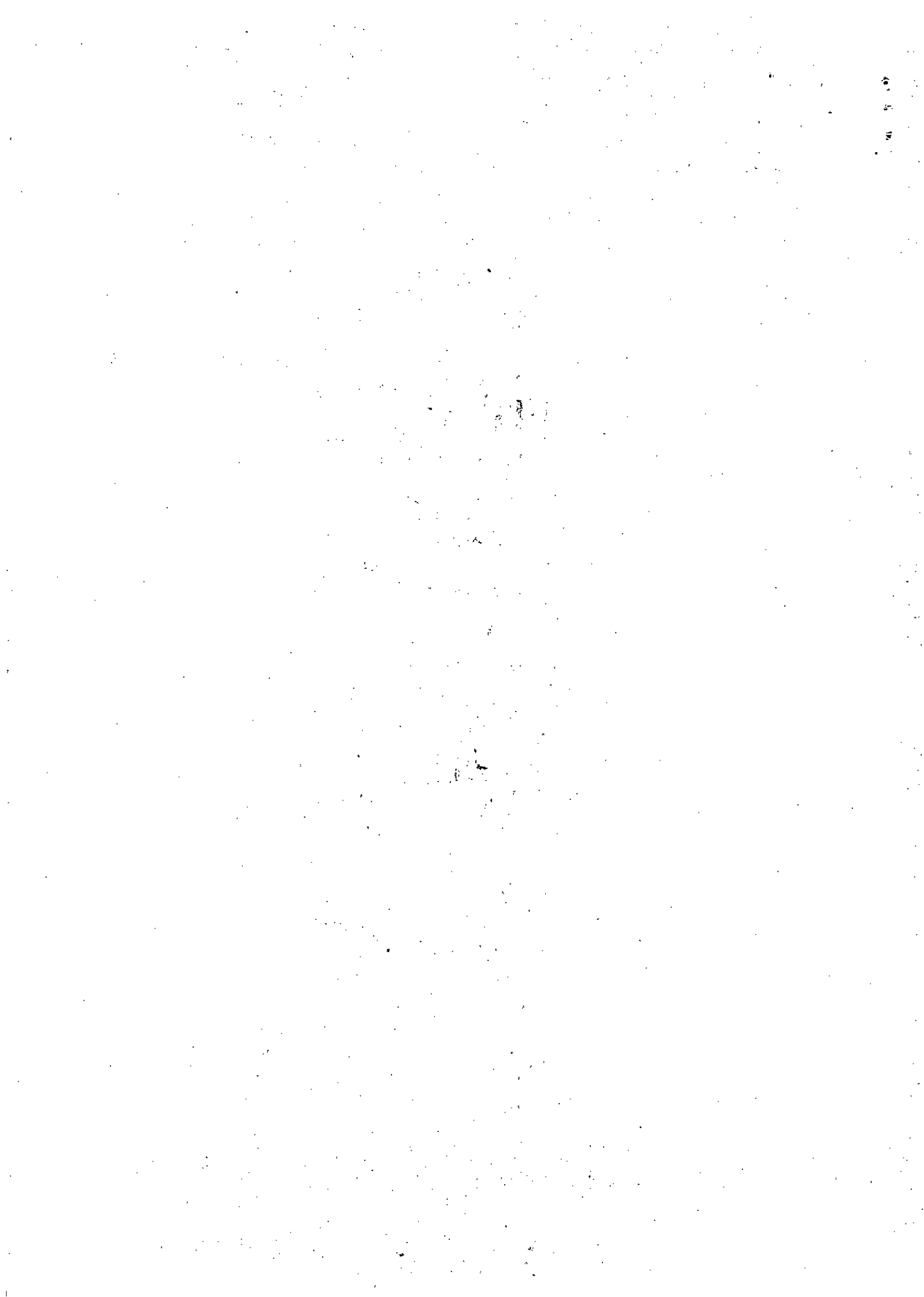

Júlio Ernesto de Grammont Machado de Araújo
Prefeito Municipal

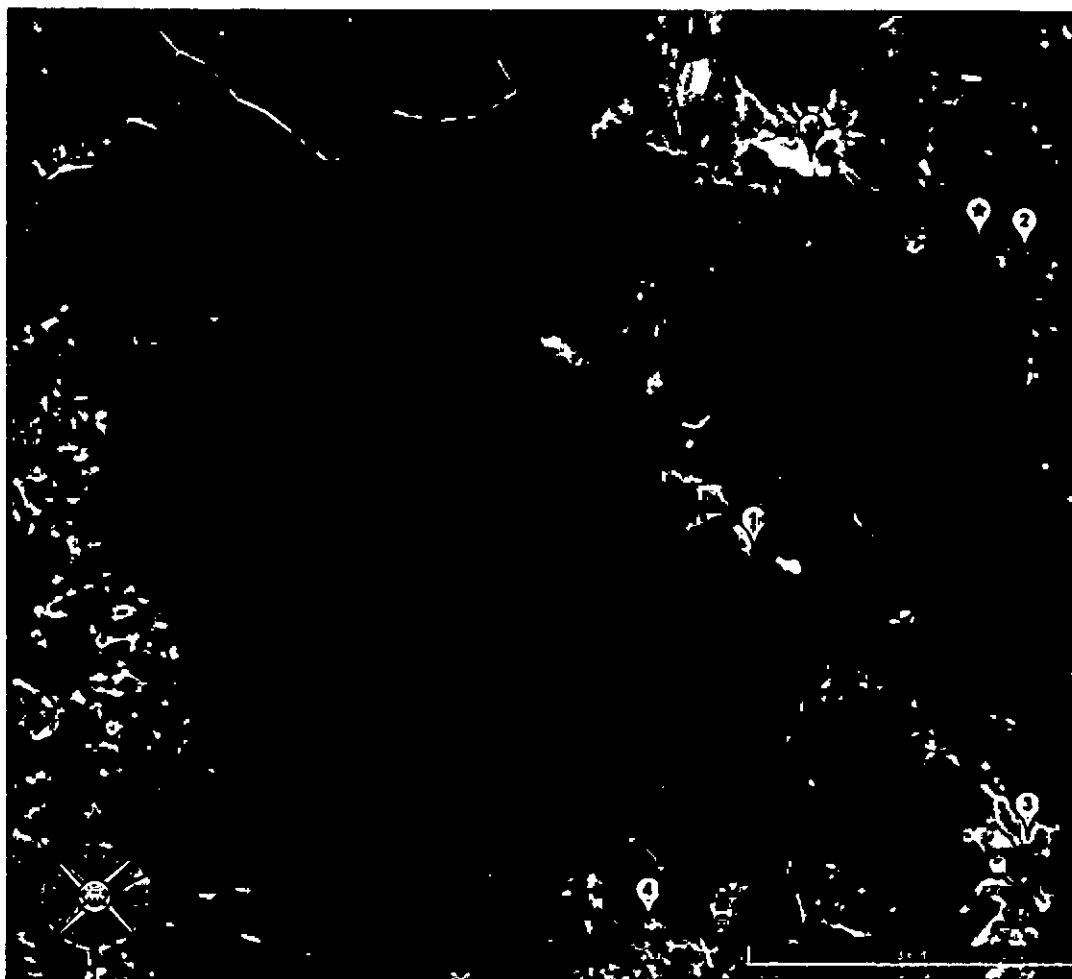

Antenor Rodrigues Barbosa Júnior
Secretário Municipal de Meio Ambiente


Huaman Xavier Pinto Coelho
Secretário Municipal da Fazenda


Luciene Andreia Barbosa Ribeiro
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social,
Habitação e Cidadania.


Geraldo Rodrigues Rioga
Procurador-Geral do Município





- Legenda**
- | | | | |
|---|---|---|------------------|
| ● | APA Estadual Cachoeira das Andorinhas | Ⓜ | Antônio Pereira |
| ○ | Monumento Natural Municipal Gruta Nossa Senhora da Lapa | Ⓝ | Bento Rodrigues |
| ○ | Parque Natural Municipal das Andorinhas | Ⓞ | Manana(sede) |
| | | Ⓟ | Ouro Preto(sede) |

Figura 2: Limites intermunicipais, Unidades de Conservação no município de Ouro Preto, sem a inclusão de suas zonas de amortecimento, distritos de Bento Rodrigues e Antônio Pereira e barragens da Samarco.

(Handwritten signature)

(Handwritten signature)

